



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Ata n.º 123 / XIII / 3.ª SL

Aos dezoito dias do mês de abril de 2018, pelas quatorze horas e quinze minutos, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala 7 do Palácio de S. Bento, no formato de Mesa e Coordenadores, com a seguinte,

Ordem do Dia:

Audiência ao Conselho Português para a Paz e Cooperação e ao Delegado da Frente Polisário em Portugal.

Estiveram presentes os Senhores Deputados:

- Carlos Alberto Gonçalves, Vice-Presidente da Mesa, que dirigiu os trabalhos;
- Ângela Guerra (PSD);
- Gabriela Canavilhas (PS);
- Maria Augusta Santos (PS);
- Pedro Filipe Soares (BE);
- Carla Cruz (PCP);
- Paula Santos (PCP).

Compareceram pela delegação visitante:

- Dra. Ilda Figueiredo, presidente da Direção Nacional do CPPC;
- Filipe Ferreira, vice-presidente da Direção Nacional do CPPC;
- Senhor Mohamed Fadel.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Foi dado início à sessão, presidida pelo Senhor **Vice-Presidente da Mesa, Deputado Carlos Gonçalves**, o qual deu as boas-vindas às entidades presentes, a quem foi explicado o modelo de funcionamento da audiência solicitada e, seguidamente, concedida a palavra.

Tomou a palavra a **Dr.ª Ilda Figueiredo** para, em nome do Conselho Português para a Paz e Cooperação, agradecer a disponibilidade da Comissão para a presente audiência. A seguir a uma curta explicação acerca dos objetivos prosseguidos pela organização que dirige, passou a palavra ao delegado da Frente Polisário em Portugal.

Na sua intervenção, o **Senhor Mohamed Fadel**, após ter agradecido o interesse colocado pelo Parlamento português nesta questão, de enorme gravidade, em que se encontra um conjunto de vinte e cinco jovens, presos políticos em cadeias marroquinas, pertencentes à Frente Polisário, a qual põe em causa elementares direitos humanos, dadas as condições em que se encontram detidos, alguns, em greve de fome, sujeitos a tortura e mantidos em prisão distante de mais de mil e quinhentos quilómetros do território de onde são originários, inviabilizando as visitas dos respetivos familiares. Sublinhou o facto de, no dia de ontem, ter falecido um desses jovens prisioneiros que foram, na sua região, os precursores da denominada “primavera árabe”.

Relatou que a Amnistia Internacional e a Cruz Vermelha têm prestado o auxílio possível, tendo atestado a precariedade do seu estado de saúde.

Relembrou que, volvidos mais de quarenta anos, a Resolução da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a realização de um referendo à autodeterminação sahari, embora tivesse originariamente colhido a concordância de Marrocos, nunca chegou a ocorrer. Terminou, manifestando esperança de que tal venha a ocorrer em breve, tendo realçado o trabalho que em tal sentido tem vindo a ser realizado pelo atual Secretário-Geral da ONU.

Registaram-se seguidamente as intervenções abaixo sintetizadas, por parte dos **Senhores Deputados:**

Ângela Guerra (PSD), para saudar e agradecer a presença a delegação, tendo lembrado ter recebido em tempo, no Parlamento, um grupo de esposas destes presos políticos, e lamentado a subsistência da situação que lamentou. Entendeu que esta



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

situação, por desumana, não pode deixar de ser lembrada às autoridades marroquinas, com quem Portugal mantém excelente relação, tendo realçado e manifestado do seu Grupo Parlamentar apoio às iniciativas desenvolvidas pelo Secretário-Geral da ONU neste domínio. Concluiu, afirmando ser a favor da realização de um referendo.

Gabriela Canavilhas (PS), para saudar e agradecer a presença a delegação, tendo realçado o conhecimento que possui acerca deste processo, até no terreno, pois havia acompanhado a MINURSO, em 1993, no âmbito da intervenção da ONU, não concebendo que o projetado referendo não tenha ainda tido lugar. Segundo referiu, este assunto encerra uma questão política e de cidadania sempre presente no Parlamento, embora tenha consciência de se tratar de matéria complexa no contexto geopolítico regional, envolvendo questões de natureza política e militar que tange os interesses de Marrocos, Argélia e Mauritânia. Manifestou o apoio do seu Grupo político às iniciativas entretanto desenvolvidas pela ONU e concluiu, endereçando as suas condolências às vítimas saharis recentemente vitimadas pela queda acidental de um avião na Argélia.

Carla Cruz (PCP), para saudar e agradecer a presença a delegação, tendo começado por salientar o apoio e a solidariedade que o PCP tem manifestado no Parlamento nacional e europeu a esta causa, ao longo dos anos. Relembrou que a questão das pessoas e dos direitos humanos envolvidos tem motivado a apresentação pelo PCP de diversas Perguntas e Resoluções, tendentes, não só, a por fim a esta situação, mas também a que, definitivamente, possa vir a ser reconhecida a independência deste território e do seu povo. Após ter lamentado a posição assumida por Marrocos acerca desta questão, sublinhou a necessidade de que sejam obtidas respostas para os justos direitos em causa. Concluiu, solicitando informação acerca das últimas iniciativas intentadas pela Frente Polisário junto da ONU, acerca desta questão.

Em resposta, retomou a palavra o **Senhor Fadel** para sublinhar o sentido otimismo com que encara uma possível evolução desta questão junto da ONU, contando com o interesse e a ação de António Guterres, dado até o antecedente relacionado com Timor-Leste. Salientou que o facto de o representante especial da ONU ser de nacionalidade alemã, tem igualmente ajudado a relançar a questão, tendo motivado maior interesse por parte da União Europeia. Mais informou existir informação documental acerca das iniciativas mais recentes da frente Polisário junto da ONU, a qual irá remeter à Comissão de Negócios Estrangeiros.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Interveio o **Senhor Presidente**, para sublinhar tratar-se de uma questão geograficamente muito próxima e que segue com interesse, a qual deve motivar a melhor atenção por parte de Portugal e que o Parlamento fará chegar ao Governo a informação que sobre esta matéria lhe for disponibilizada.

Nada mais havendo a tratar, deu por terminada a audiência pelas 15 horas, agradecendo a presença da delegação.

Palácio de S. Bento, 18 de abril de 2018,

O Vice-Presidente da Comissão,



(Carlos Alberto Gonçalves)

A presente Ata foi lida e aprovada em sessão da Comissão, ocorrida a 24 de abril de 2018.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Alberto Gonçalves

Paulo Pisco

Carla Cruz

Carlos Páscoa Gonçalves

Joana Lima

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 24/10/2017.

